

<https://doi.org/10.26512/pl.v11i23.44541>

Ensaio recebido em: 07/08/2022

Ensaio aprovado em: 28/10/2022

Ensaio publicado em: 19/12/2022

A HISTÓRIA ENQUANTO UMA COMÉDIA DO ABSURDO os fundamentos do anti-historicismo em Arthur Schopenhauer

HISTORY AS AN ABSURDIST COMEDY the foundations of anti-historicism in Arthur Schopenhauer

Antunes Ferreira da Silva¹

(antunes_ferreira@hotmail.com)

Resumo: A possibilidade de se admitir uma determinação histórica dos atos humanos que se desenvolva no decurso da história, expondo uma finalidade natural de evolução humana é o principal problema a ser abordado neste texto. Em contraposição ao pensamento historicista da época, impulsionado pelo idealismo alemão otimista de sua época (Kant e Hegel), serão aqui explanadas as teses de Arthur Schopenhauer (1788-1860), nos dois tomos de *O mundo como vontade e como representação* (1819/1859). Tais obras, assim como alguns comentadores foram tratados por meio de leitura analítica, no intuito de entender objetivamente os conceitos nelas trabalhados. Segundo Schopenhauer, a história não passa de uma possibilidade de autoconsciência da humanidade e não possui as capacidades nem de desvelar o em-si do mundo nem de modificar a moralidade humana. Este texto pretende, pois, expor o anti-historicismo a partir dos quatro fundamentos inerentes ao seu organismo filosófico e já presentes na estrutura básica de sua obra prima: epistemologia, ontologia, ética e estética. Portanto, apesar de a história possuir algum valor, ela não é capaz de encontrar um fio condutor que a leve a um pretenso progresso da humanidade. A única atitude possível diante dos acontecimentos da história universal é a resignação diante do absurdo e a completa falta de sentido da vida. Nela se encena apenas uma comédia do absurdo.

Palavras-chave: História. Filosofia da história. Schopenhauer. Absurdo. Anti-historicismo.

Abstract: The possibility of admitting a historical determination of human acts that develops in the course of history, exposing a natural purpose of human evolution, is the main issue addressed in this text. In contrast to the historicist thinking of the time and driven by the optimistic German idealism of his time (Kant and Hegel), Arthur Schopenhauer's (1788-1860) theses in two volumes of *The world as will and representation* (1819/1859) are explained here. Such works, as well as some critics, were considered from an analytical reading perspective in order to objectively understand the concepts discussed in them. According to Schopenhauer, history is nothing more than a possibility of self-

¹ Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC).

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1780882886381277>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3201-1145>.



awareness for humanity and is not capable of revealing the self of the world or modifying its main attribute, human morality. This text therefore intends to expose anti-historicism based on the four foundations inherent to his philosophical organism that are present in the basic structure of his masterpiece, which are: the theory of knowledge, ontology, aesthetics and ethics. Thus, despite the fact that history has its value, it is not capable of finding a common thread that leads it to the asserted progress of humanity. The only possible attitude towards the events of universal history is resignation to the absurd and the complete lack of meaning in life. In it, only an absurdist comedy is staged.

Keywords: History. Philosophy of history. Schopenhauer. Absurd. Anti-historicism.

INTRODUÇÃO

O século XIX é fortemente caracterizado pelo surgimento da grande historiografia e pelos planos de conceber uma história universal que dê conta de expor uma evolução natural do intelecto e da moral humanas, isso tanto na Filosofia quanto na Sociologia.

As respostas a este problema que serão aqui elencadas e explanadas foram formuladas pelo alemão Arthur Schopenhauer (1788-1860), aquele que justamente é uma exceção desse tempo e dessa onda historicista.

220

A questão que se põe neste debate trata da possibilidade de se admitir uma determinação histórica dos atos humanos que se desenvolva no decurso da história.

A aporia de conceitos se encontra dentro do idealismo alemão, mais especificamente entre as filosofias da história de Immanuel Kant (1724-1804) na obra *Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita* (2004), e Georg W. F. Hegel (1770-1831) na obra *Filosofia da história* (2008), para os quais a história é a exposição mais clara de uma finalidade natural de evolução humana.

Em contraposição a isso, Schopenhauer formula a tese de que a história não passa, quando muito, de uma possibilidade de autoconsciência da humanidade. O pano de fundo dessa crítica schopenhaueriana se tece principalmente no bojo da não aceitação dessa ideia de progresso defendida pelo idealismo alemão. Esse anti-historicismo se encontra fundamentado nas quatro perspectivas que são próprias ao seu organismo filosófico e estão presentes na estrutura básica de sua obra prima: O mundo como Vontade e como representação.

Estes quatro fundamentos são: epistemologia (teoria do conhecimento), ontologia, ética e estética. A epistemologia schopenhaueriana orbita a divisão kantiana entre coisa-em-si e fenômeno, restando-lhe apenas a capacidade de conhecer o fenômeno, nunca o númeno (o em-si das coisas). A ontologia, ainda sob a égide do idealismo kantiano, resume-se em entender se é possível entender a essência do mundo como Vontade, o que, para



Kant, seria incognoscível². Ao contrário do formalismo kantiano, sua ética funda-se no princípio da compaixão como uma aporia ao imperativo categórico. Na estética se encerra a postulação do gênio enquanto único ser capaz de entender a essência do mundo (a Vontade) e se arbitrar contra ela, mesmo que intuitiva e não decididamente.

O lugar da história e sua possível filosofia é um aspecto pouco investigado no pensamento de Schopenhauer, mais especificamente nos centros de estudos e pesquisas schopenhauerianos no Brasil. Essa lacuna de estudos se justifica em virtude da tímida exposição deste tema dentro da obra do próprio filósofo, sem prejuízo para a pequena quantidade de traduções para a língua portuguesa do conjunto de textos schopenhauerianos.

1 O ENTENDIMENTO DE SCHOPENHAUER A RESPEITO DA HISTÓRIA

Arthur Schopenhauer trata do problema da história originalmente no parágrafo (§) 51 do Tomo 1 (2015a) de sua obra prima *O mundo como Vontade e como representação*, publicado originalmente em 1818 (datado de 1819). Posteriormente, em 1859, lança o Tomo 2 (2015b), do qual lançaremos mão do capítulo 38, intitulado Sobre a história.

A obra filosófica schopenhaueriana é denominada por ele mesmo como um pensamento único, em contraposição a ideia de sistemas que era bastante comum em sua época, dada a influência do idealismo absoluto, mais propriamente o hegeliano. Tal organismo filosófico se assemelha a uma grande casa, para a qual as várias portas e janelas sempre conduzem ao mesmo grande salão. Deste modo, os fundamentos textuais acima descritos não são exclusivos uma vez que, ao tocar num ponto de sua obra, vários outros permanecem em estreita correlação.

A estrutura argumentativa para entender os pilares do seu anti-historicismo já está contida na, segundo ele, introdução ao seu pensamento único, que é a sua tese doutoral de 1813 intitulada *Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente* (2019). Segundo nosso filósofo, o princípio de razão suficiente possui uma quadrúplice raiz: 1- do devir (inerente a necessidade física), 2- do conhecer (inerente a necessidade lógica), 3- do ser (inerente a necessidade matemática) e 4- do agir (inerente a necessidade moral). Esta divisão se encontra também na base da divisão e classificação das ciências, como adiante será exposto.

² Essa impossibilidade de conhecimento da coisa-em-si em Schopenhauer se restringe ao conhecimento que segue o roteiro estrito da quádrupla raiz do princípio de razão suficiente.



1.1 Divergências a Kant e Hegel

As posições schopenhauerianas sobre a história e a filosofia da história não podem deixar de ser analisadas sobre o pano de fundo do contexto do idealismo alemão, principalmente do criticismo kantiano e do idealismo absoluto hegeliano.

A questão central desse debate no qual nosso filósofo se insere é a possibilidade de admitir a existência de uma determinação histórica dos atos humanos, ao que os seus antecessores admitem positivamente.

Para Kant, de quem Schopenhauer se diz o único autêntico seguidor, apesar de lhe avessar quase todas suas teses, a história é dotada de uma finalidade (um *telós*), cuja representação máxima se dá pelo Estado. Em *A Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita* (1784), Kant expõe seu entendimento de que a história possui um fio condutor que foi claramente mostrado pela natureza ao desenvolver a cultura no homem e dotá-lo de razão.

Para Hegel, na continuidade do pensamento kantiano sobre a história, através do progresso da consciência humana se desvela a ideia de que a razão governa a história. Os fatos ocorridos e registrados pela história nada mais são do que simples manifestações de um princípio interno (a ideia de liberdade) que, através dos vários estágios da história universal, se efetiva, tornando-se real e concreta. A principal obra hegeliana sobre essa temática é *Preleções sobre a filosofia da história universal* (1953). Diferentemente de Kant, Schopenhauer é absurdamente avesso à filosofia hegeliana³, a quem acusa de ser “corruptora e perniciosa

³ Schopenhauer é um contumaz crítico de Hegel e sua filosofia. No tomo II de *O Mundo*, ele complementa sua crítica a Hegel e seus seguidores, ainda discorrendo sobre a filosofia da história e contrastando a visão otimista destes com seu pessimismo metafísico: “Os hegelianos, que inclusive veem a filosofia da história como o fim principal de toda filosofia, deveriam ler Platão, que incansavelmente repete que o objeto da filosofia é o imutável e imperecível, não o que ora é assim, ora é de outro jeito. [...] Deve-se, portanto, investigar o que É, o que realmente É hoje e para sempre, - isto é, conhecer as IDEIAS (em sentido platônico). Os obtusos, ao contrário, acreditam que alguma coisa deve primeiro surgir na existência. Por isso, atribuem à história um lugar central em sua filosofia [...]. Tomam o mundo como o real perfeito, e põem seu fim na miserável felicidade terrena, que, por mais que seja cultivada pelos seres humanos e favorecida pela fortuna, é, no entanto, uma coisa vã, enganosa, efêmera e triste, que nem as constituições e legislações, nem as máquinas a vapor e telégrafos poderão algum dia melhorar substancialmente. Os ditos filósofos e glorificadores da história são, por consequência, realistas ingênuos, otimistas, eudemonologistas, logo, companheiros simplórios e filisteus contumazes, ademais, são, propriamente dizendo, péssimos cristãos; pois o verdadeiro espírito e núcleo do cristianismo [...] é o conhecimento da nulidade da felicidade terrena” (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 532, grifos do autor). A citação demonstra inclusive e claramente o platonismo latente de Schopenhauer.



pesudofilosofia” (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 531). À filosofia da história de Hegel, Schopenhauer responde da seguinte forma:

Naquilo que diz respeito ao esforço empreendido [...] de compreender a história do mundo como um todo planejado ou [...] de “a construir organicamente”; ora, tal esforço baseia-se, propriamente dizendo, num toco e raso REALISMO que considera a APARÊNCIA como a ESSÊNCIA EM SI do mundo [...] (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 531, grifos do autor).

Deste modo, a análise schopenhaueriana acerca da história não é apenas uma discordância com a filosofia da história de Kant e Hegel (a este em particular, como crítica da noção moderna de progresso), mas uma postura coerente com seu próprio organismo filosófico, conforme já vimos introdutoriamente na exposição das bases fundamentais de seu anti-historicismo e o explanaremos mais amiúde abaixo.

1.2 Fundamento epistemológico

223

O fundamento epistemológico é o mais forte e complexo dos que Schopenhauer lança mão no seu anti-historicismo. Mais forte no sentido em que, ao manter sua fidelidade para com seu próprio organismo filosófico, este é o de conclusão mais fácil e lógica, inclusive porque dele depende também os outros fundamentos. Mais complexo porque envolve também toda uma epistemologia das ciências que se encontra diluída pela obra deste filósofo.

Deste modo, é preciso evidenciar que: 1- a história não é capaz de produzir o conhecimento da essência do mundo e 2- que ela sequer pode ser considerada uma ciência, haja visto lhe faltar, justamente por esta incapacidade citada, os caracteres de uma verdadeira ciência.

Não se pode chegar a nenhum conhecimento sobre a natureza humana se se levar em consideração os acontecimentos históricos, uma vez que se situam no mero âmbito dos fenômenos, não possuem a capacidade de conhecer ou fazer conhecer a essência das coisas.

Também a experiência e a história ensinam a conhecer a humanidade; contudo, mais frequentemente OS seres humanos, e não A humanidade mesma, isto é, a experiência e a história fornecem mais notícias empíricas sobre a conduta humana, de onde surgem regras para o próprio comportamento, em vez de olhar profundo em nossa essência íntima (SCHOPENHAUER, 2015a, § 51, p. 282, grifos do autor).



Em outras palavras, o verdadeiro em-si do mundo até pode ser conhecido, embora não de modo racional (pela analogia à essência do homem⁴), mas igualmente não pela história, que é flutuante de acordo com o tempo e o espaço. Não à toa nosso filósofo estabelece o lema da história como “*eadem, sel aliter* (o mesmo, mas de outro modo)” (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 533).

Schopenhauer não concede à história nem dignidade filosófica muito menos epistemológica, uma vez que ela não atende sequer aos requisitos suficientes para como tal ser considerada, inclusive deixando-a abaixo da poesia quando o objetivo é a promoção do conhecimento da essência do mundo, conforme se vê na seguinte citação:

A história [...] posiciona-se atrás da poesia; e, ademais, no sentido estrito do termo, não é uma ciência; por fim que o empenho de construí-la como um todo com começo, meio e fim dotado de coerência é algo vão e baseado num mal-entendido (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 534).

Ao estabelecer sua doutrina da ciência, no capítulo 12 do segundo tomo de sua obra magna (cf. SCHOPENHAUER, 2015b, p. 154), em consonância com várias outras passagens em suas outras obras⁵), nosso filósofo estabelece uma divisão das ciências em puras a priori (estabelecidas a partir dos princípios do ser e do conhecer, daí a matemática e a lógica, respectivamente) e empíricas a posteriori (por sua vez, estabelecidas a partir dos modos do princípio do devir: as causas, de onde surgem as ciências físicas; os estímulos, de onde surgem as ciências da vida, e os motivos, de onde surgem as ciências sociais e humanas⁶), conforme demonstrado no quadro abaixo:

224

⁴ “O argumento da analogia é talvez o único encontrado pelo filósofo para adquirir a chave para compreender os demais corpos. Ora, como as ciências falham na tentativa de chegar a essência das coisas, já que partem do que lhe é externo, o único caminho que nos resta como acesso ao mais real do mundo é o íntimo do corpo, pois nada tem, para nós, mais realidade quanto nós mesmos. A base de tal argumento, no uso dado por Schopenhauer, consiste em perceber que nosso corpo é a concreção do querer. Deste modo, o que ‘vale para nós, é possível que também valha para os outros corpos’ (BARBOSA, 2003, p. 31)” (SILVA, 2011, p. 29).

⁵ (cf. SCHOPENHAUER, 2019, §51, p. 345; 2015a, §7, pp. 29-40 e §15, pp. 82-98).

⁶ Esta terminologia das ciências sociais e humanas é apenas uma adaptação/atualização de sua filosofia da ciência, haja visto que em sua época ela não era usada e, portanto, seria estranha para Schopenhauer.



Ciências puras <i>a priori</i> (matemática e lógica)		Ciências empíricas <i>a posteriori</i> (ciências físicas, da saúde, sociais e humanas)		
Doutrina da razão do ser (matemática)	no espaço (geometria)	Doutrina da razão do devir	Doutrina das causas (ciências físicas)	universal (mecânica, hidrodinâmica, hidráulica, física, química)
	no tempo (aritmética e álgebra)			particular (astronomia, mineralogia, geologia, tecnologia, farmácia)
Doutrina da razão do conhecer			lógica	Doutrina dos estímulos (ciências da saúde)
	particular (botânica, zoologia, zootomia, fisiologia comparada, patologia, terapia)			
	Doutrina dos motivos (ciências sociais e humanas)			universal (ética, psicologia)
				particular (doutrina do direito, história)

Fonte: SCHOPENHAUER, 2015b, p. 154, com adaptações.

Justamente por possuir a doutrina dos motivos como seu fio condutor, a história não dá conta de espelhar a essência do mundo, que, como vimos, é Vontade. Em outras palavras, a essência da humanidade não pode ser encontrada pela história pois uma vez que ela segue o fio condutor dos motivos, se torna incapaz de revelar a verdadeira essência do mundo.

Nem sequer a história pode ser considerada uma ciência, haja visto que ela não possui a condição necessária: um saber conceitual que subordine os fatos por ela narrados, conforme é possível observar claramente nas palavras do próprio filósofo:

[...] A ciência promete repouso ao espírito que investiga. Assim, as ciências colocam-se uma ao lado da outra e por sobre o mundo real das coisas singulares que elas repartiram entre si. [...] Apenas A HISTÓRIA não pode, propriamente dizendo, figurar nessa série; pois não pode vangloriar-se da mesma vantagem das outras: é que lhes falta o caráter fundamental da ciência, a subordinação do conhecimento [...]. Por consequência, não há sistema algum de história, como há



em toda outra ciência. A história é decerto um saber, mas não uma ciência. [...] As ciências, visto que são sistemas de conceitos, falam sempre de espécies; a história, de indivíduos. Ela seria, portanto, uma ciência de indivíduos; o que implicaria uma contradição. [...] As ciências em seu conjunto falam daquilo que sempre é; a história, ao contrário, daquilo que é uma vez e depois nunca mais é. [...] Ela conhece tudo apenas imperfeitamente e pela metade (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 528, grifo do autor).

Não há na história a articulação de conhecimentos que lhe permita equiparar-se as demais ciências, uma vez que no discurso histórico não se estabelecem leis universais (requisito principal que eleva uma disciplina a categoria de ciência). Caso pudesse ser considerada uma ciência, seria uma ciência de indivíduos e não de conceitos, o que seria um absurdo epistemológico. Em outras palavras, a história pode até ser uma forma de sabedoria, mas jamais uma ciência.

1.3 Fundamento ontológico

O escopo do fundamento ontológico do anti-historicismo schopenhaueriano se encontra na divisão kantiana entre coisa em si e fenômeno, que nosso filósofo aceita e reforça.

226

O em-si do mundo que, em Kant ganha o nome númeno e o predicado da incognoscibilidade, em Schopenhauer tal em-si é a Vontade, que apenas pode ser conhecida através de nosso próprio corpo, pelo princípio de analogia, conforme anteriormente já foi explicitado.

A Vontade é um ímpeto cego, sem nenhum parâmetro racional, que consome a tudo e a todos, inclusive a si mesma, e que gera nos humanos um sofrimento ontológico por meio do ciclo infinito de desejo-saciedade/tédio-desejo.

Diferentemente da pretensão kantiana de poder captar, a partir da história, a essência do mundo, nosso filósofo não pode aceitar tal pretensão, uma vez que a história nada mais faz do que, debatendo-se apenas no mundo das representações e dos fenômenos, captar, ao contrário, a afirmação da Vontade e a sua irracionalidade que lhe é inerente. Em outras palavras, o fundamento ontológico para o anti-historicismo schopenhaueriano versa sobre o objeto último da história que é a manifestação da Vontade nos povos e nos indivíduos.

Aqui se torna visível a relação entre a ontologia, a ética e a estética em nosso filósofo. Enquanto a história se encarrega de compreender e descrever o aspecto fenomênico do mundo



e, portanto, de garantir a afirmação da Vontade, a ética e a arte se encarregam de fazer⁷ justamente o contrário, o desprendimento do jugo da Vontade.

1.4 Fundamento ético

Schopenhauer não concebe a razão prática como legisladora da ação moral, haja vista sua ética objetivar compreender as ações humanas com a ressalva de que o bom comportamento não se pode aprender de nenhum modo. Sendo assim, a ética proposta pelo filósofo de Danzig é meramente descritiva, uma vez que não propõe nenhum modelo moral universalmente válido e, neste sentido, se opõe ao imperativo categórico kantiano.

[...] As histórias construtivas conduzidas por otimismo raso deságuam em seu último término num Estado confortável, que alimenta, rico, com constituição justa, boa justiça e polícia, técnica e indústria, e quanto muito em aperfeiçoamento intelectual, que, em realidade, é o único aperfeiçoamento possível, pois o que é moral permanece no essencial o mesmo (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 531).

227

Há, pois, uma conexão impossível de ser realizada entre história e ética. Por mais que as técnicas e tecnologias possam melhorar a vida do humano sobre a Terra, nem a narrativa factual no decorrer do tempo dessa pretensa evolução, nem o aperfeiçoamento intelectual ocasionado por esse decurso, nada disso poderá mudar sua moralidade. As mudanças temporais, mesmo que disfarçadas de evolução técnica não são capazes de afetar o motor metafísico-antropológico das ações humanas.

Em nítida discordância com a tese de uma história entendida linearmente como a demonstração natural de um progresso humano, para Schopenhauer “[...] o autêntico símbolo da natureza é o círculo” (2015b, p. 571), ou seja, tal progresso não passa de uma ilusão, haja vista que a história é, na verdade, o mais do mesmo, sempre (cf. SCHOPENHAUER, 2015b, p. 533).

⁷É importante salientar que “o discurso ético schopenhaueriano é meramente reflexivo, acontece sempre na observação e não tem intenção de determinar nenhuma práxis, pois cabe à Filosofia apenas descrever a realidade, jamais prescrever o que quer que seja (cf. CARDOSO, 2008, p. 105). [...] Apesar do princípio ético da compaixão, a ética schopenhaueriana não se caracteriza pela sustentação de nenhum dever absoluto ou princípio moral universal, não sendo pois uma teoria de deveres, nem uma ética de prescrições (cf. MONTEIRO, 2011, p. 50), tendo em vista que querer determinar uma ética prescritiva seria ‘[...] tão tolo quanto inócuo, pois a Vontade em si é absolutamente livre e se determina por inteiro a si mesma, não havendo lei alguma para ela’ (SCHOPENHAUER, 2015a, § 54, p. 370)’ ” (SILVA, 2011, pp. 61-62).



Ademais, a ética schopenhaueriana é fortemente marcada pelo princípio da compaixão e da ascese, dons que não podem ser ensinados, mas que apenas os gênios (ou os santos) os possuem intuitiva e naturalmente, como resultado de uma contradição da Vontade consigo mesma quando gera tais seres.

1.5 Fundamento estético

Enquanto a história opera com conceitos, operados pelo princípio de razão suficiente (conforme vimos no fundamento epistemológico), a arte opera com as ideias⁸. Ela pode perfurar a camada superficial de conhecimento do em-si do mundo em que a história se encontra aprisionada. É deste modo que as artes podem superar a história.

Nosso filósofo utiliza mais abundantemente nessa comparação entre história e arte, entre conceitos e ideias, a poesia, embora não deixe de fazer menção a outras formas de artes. Defende ele que, por meio da poesia é possível conhecer a humanidade e o ser humano, enquanto que a história fornece tão somente os humanos, enquanto seres individuais e singulares.

228

A poesia possui uma capacidade que a história jamais terá: aquela é capaz de contemplar desinteressadamente a ideia da humanidade como objetivação da Vontade. Por isso, “[...] a poesia, mais do que a história, contribui para o conhecimento da essência da humanidade” (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 527).

A formulação do gênio dentro de seu organismo filosófico corrobora com seu anti-historicismo. O gênio, ou o santo, consegue perceber e entender o nó do mundo, sem o auxílio do princípio de razão suficiente, de modo clarividente, por mera intuição.

Deste modo, a história não passaria de anedota, inválida do ponto de vista da moralidade, pois ela definitivamente é incapaz de expor a ideia da humanidade, como as artes são capazes.

1.6 A história como geradora de autoconsciência

⁸ Não quaisquer ideias, mas Ideias platônicas.



“A história é decerto um saber, mas não uma ciência” (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 528). Sendo assim, é necessário buscar o real sentido, bem como o autêntico valor e a importância que podem ser atribuídas a história nesse constructo filosófico.

A história deve ser vista como a razão ou a clara consciência do gênero humano e faz as vezes de uma consciência de si imediatamente comum a todo o gênero, de modo que só em virtude da história é que o gênero humano se torna de fato um todo, uma humanidade. Este é o verdadeiro valor da história (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 535).

E ainda:

Só através da história é que um povo torna-se plenamente consciente de si mesmo. Por isso a história deve ser vista como a consciência de si racional do gênero humano e é para este o que a clara e conexa consciência é para o indivíduo condicionado pela razão (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 534).

229 Não é porque a história possui status de não-ciência que ela não tenha nenhum valor. É graças à consciência enquanto espécie gerada por ela que o homem pode se distinguir dos demais animais, ou seja, ela “deve ser vista como a razão ou a clara consciência do gênero humano [...], de modo que só em virtude da história é que o gênero humano se torna de fato um todo, uma humanidade. Este é o verdadeiro valor da história” (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 535).

Em outras palavras, o valor da história reside justamente em sua capacidade de criar uma consciência comum ao gênero humano, um fio condutor que, unindo passado e presente, possibilita a previsão e até a construção do futuro.

2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema aqui analisado versou sobre a possibilidade de existência de um plano natural que garanta o progresso moral na história. Em outras palavras, se a história pode se denominar possuidora de um *telós* fundante que lhe motive e que encaminhe a humanidade para a realização de suas capacidades.

Não obstante haver um resgate da importância e do real papel da história para a humanidade, que é o de gerar autoconsciência ao conectar passado e presente possibilitando o futuro, a filosofia de Schopenhauer é profundamente marcada pelo



anti-historicismo. Esta afirmação se alicerça em quatro fundamentos, que são, por sua vez, os próprios pilares do organismo filosófico schopenhaueriano como um todo: a epistemologia, a ontologia, a ética e a estética.

Epistemologicamente falando, o discurso histórico não pode ir além da superfície do mundo. Ela não é capaz de, preenchendo o requisito básico de toda ciência, produzir assertivas universais, haja vista que versa apenas sobre os indivíduos e fatos que, uma vez ocorridos, jamais se repetirão. Ele se encontra aprisionado na camada superficial de conhecimento do em-si do mundo.

Ontologicamente falando, a manutenção por Schopenhauer da divisão kantiana entre o em-si do mundo e seu fenômeno faz com que toda pretensão de projetar um intuito ou uma finalidade (*telos*) para a história apenas confunda os fenômenos com a essência do mundo.

Eticamente falando, a história não dá conta de explicar a evolução moral, vista pelo filósofo como coisa impossível. “Quando muito [a história pode falar] em aperfeiçoamento intelectual, que, em realidade, é o único aperfeiçoamento possível” (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 531). As mudanças temporais, mesmo que disfarçadas de evolução técnica não são capazes de afetar o motor metafísico-antropológico das ações humanas. Apenas o gênio (o santo ou o artista) pode, intuitivamente, desvelar o nó do mundo e viver a ascese e a compaixão. Deste modo, sua ética se torna meramente descritiva, pois não propõe nenhum modelo moral universalmente válido.

Esteticamente falando, as artes (a poesia como destaque para esta seção das obras do filósofo na qual ele dá ênfase a esta questão) podem facilmente superar a história, haja vista que aquelas operam com as Ideias, enquanto esta opera com conceitos dados pelo princípio de razão suficiente, portanto mediado pelo servo da Vontade, que é o intelecto. Apenas o artista, que opera com o conhecimento intuitivo, é capaz de rasgar o véu de *Maya* e contemplar a essência do mundo.

O antagonismo de uma concepção acerca da filosofia da história entre o organismo filosófico schopenhaueriano e os sistemas kantiano e helegiano se torna bastante evidente. Schopenhauer, ao ser fiel ao ponto de partida de seu constructo filosófico, a saber: o em-si do mundo nada mais é do que Vontade, se opõe a uma filosofia da história teleológica, cuja finalidade seria o devaneio da criação de um mundo melhor ou de que a sequência dos fatos históricos pudesse dar aos homens a capacidade de perceber o que lhes é essencial.

Justamente pela concepção de história em Schopenhauer expressar seu pessimismo metafísico, desabonando o otimismo, segundo ele, ingênuo no idealismo



(de Kant a Hegel) que nosso filósofo teria penetrado no coração da história (cf. HORKHEIMER, 1971). Ao contrário do que postulou o idealismo alemão, pensando ser a história linear em seu progresso, para Schopenhauer “[...] o autêntico símbolo da natureza é o círculo” (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 571), ou seja, o passar do tempo no máximo deixa ainda mais claro o quanto todas as coisas permanecem o mais do mesmo, sempre (cf. SCHOPENHAUER, 2015b, p. 533).

Deste modo, pelo que foi argumentado anteriormente, não há nenhuma instância superior que sirva para interpretar a história no sentido de lhe encontrar um fio condutor que a leve a um pretenso progresso da humanidade. Todas estas explicações são falsas, pois elas obedecem às necessidades da vontade de viver⁹. A única atitude possível diante dos acontecimentos da história universal é a resignação diante do absurdo e a completa falta de sentido da vida. Parafraseando Alexis Philonenko em seu livro sobre Schopenhauer (1989, p. 234): “na história se encena nada mais do que uma comédia do absurdo”. Ela “narra, em realidade, apenas o longo, pesado e confuso sono da humanidade (SCHOPENHAUER, 2015b, p. 532).

Apesar do reconhecido e limitado valor atribuído à história como formadora de uma possível autoconsciência da humanidade, filosofia e história são consideradas por nosso filósofo como disciplinas antagônicas de tal modo que sua conciliação numa filosofia da história se torna impossível. E é por base nesses fundamentos aqui expostos que Schopenhauer ganha o renome de anti-historicista.

⁹ “Aí é que está o que faz com que o modo de viver da humanidade, tomado em conjunto e em geral, não apresente, como quando contemplamos seus sofrimentos isolados, o aspecto de fantoches movidos por cordéis exteriores como os fantoches comuns, mas por um mecanismo interior. [...] O que movia os fantoches não era um cordel exterior, mas um mecanismo interior. Essa engrenagem infatigável é a *vontade de viver*, impulso irrefletido que não tem razão suficiente no mundo exterior” (SCHOPENHAUER, s.d., pp. 244-245, grifo nosso).



REFERÊNCIAS

- ALONSO, Juan David Mateu. La crítica schopenhaueriana de la historia. *Schopenhaueriana* (Revista española de estudios sobre Schopenhauer), n. 2, 2017, pp. 9-26.
- BARBOZA, Jair. *Schopenhauer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CARDOSO, Renato César. *A ideia de justiça em Schopenhauer*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.
- GARCÍA, Roger A. Pérez. Historia y conocimiento em la filosofía de Schopenhauer. *Schopenhaueriana* (Revista española de estudios sobre Schopenhauer), n. 2, 2017, pp. 43-58.
- GOTTFRIED, Paul. Arthur Schopenhauer as a critic of history. *Journal of the history of ideas*, vol. 36, n. 2, apr-jun, 1975, pp. 331-338. DOI: <https://doi.org/10.2307/2708931>.
- HEGEL, G. *Filosofia da história*. Tradução Maria Rodrigues e Hans Harden. 2. ed. Brasília: UNB, 2008.
- HEGEL, G. *Lecciones sobre la filosofía de La historia universal*. Madrid: Revista de Occidente, 1953.
- HERRERA, Fernando Martínez. Entorno a la «devaluación» de la historia en Schopenhauer. *Schopenhaueriana* (Revista española de estudios sobre Schopenhauer), n. 2, 2017, pp. 205-240.
- HORKHEIMER, M. La actualidad de Schopenhauer. In: Adorno, T.; HORKHEIMER, M. *Sociologica*. Tradução Victor Sánchez de Zavala. Madrid: Taurus, 1971.
- KANT, I. Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita. Tradução Artur Morão. In: KANT, I. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- MONTEIRO, Fernando J. S. *10 lições sobre Schopenhauer*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- PHILONENKO, Alexis. *Schopenhauer: una filosofía de la tragedia*. Anthropos: Barcelona, 1989, pp. 234.
- SANTOS, Katia Cilene da Silva. A história e a determinação das ações na filosofia de Schopenhauer. *Kínesis*, vol. II, n. 03, abril-2010, pp. 135-143. DOI: <https://doi.org/10.36311/1984-8900.2010.v2n03.4341>.
- SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e como representação*. Tomo I. 2. ed. Tradução Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2015a.
- SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e como representação*. Tomo II. Tradução Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2015b.
- SCHOPENHAUER, A. *Sobre a quadrúplice raiz do princípio de razão suficiente*. Tradução Oswaldo Giacoia Junior e Gabriel Valadão Silva. Campinas: UNICAMP, 2019.
- SCHOPENHAUER, A. In.: MANN, Thomas (apr). *O pensamento vivo de Schopenhauer*. São Paulo: Martins, s.d.
- SILVA, A. F. *Os conceitos de vontade e representação no entendimento do mundo segundo Arthur Schopenhauer*. 2011. 75 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

